

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO PARA EXERCER FUNÇÕES NA DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**ATA N.º 1**

Ao quarto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas reuniu na sala de reuniões da Direção de Recursos Humanos, o júri, designado pelo Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de Assistente Técnico do mapa de pessoal não docente e não investigador da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa para exercício de funções na Direção de Recursos Humanos, na sequência do despacho autorizador de 21 de setembro de 2022.

O júri, constituído pela Licenciada Carla Maria Antunes da Graça Silva, que preside, pela 1.ª Vogal Efetiva, Licenciada Anabela da Silva Lourenço Almeida e pela 2.ª Vogal Efetiva, Licenciada Anabela de Almeida Pereira, reuniu para elaborar o aviso de abertura<sup>1</sup>, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro (de ora em diante designada por Portaria), e fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção a aplicar no procedimento concursal comum, propondo a seguinte ordem de trabalhos, a qual foi aceite por todos:

1. Definição dos requisitos gerais, específicos e preferenciais para o preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências.
2. Fixação dos parâmetros de avaliação de cada método de seleção:
  - Prova de conhecimentos (PC);
  - Avaliação psicológica (AP);
  - Avaliação curricular (AC);
  - Entrevista de avaliação de competências (EAC).
3. Aprovação da prova de conhecimentos, da grelha de avaliação curricular e da grelha da entrevista de avaliação de competências.

**1. Definição dos requisitos gerais e específicos para o preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências:**

Os **requisitos gerais** de admissão a aplicar são os definidos no artigo 17.º do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (de ora em diante designada por LTFP).

No que se refere à definição de **requisitos específicos e preferenciais** para o posto de trabalho, o Júri deliberou por unanimidade:

**1.1 Requisitos específicos:**

<sup>1</sup> encontra-se em anexo à presente ata, da qual faz parte integrante, apenso como Anexo I.



Titularidade do 12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

1.2 Requisitos preferenciais:

- experiência profissional em SAP;
- conhecimentos de informática na ótica do utilizador, nomeadamente, em Word, Excel, Outlook.

**2. Métodos de seleção: Fixação dos parâmetros de avaliação de cada método de seleção**

Relativamente aos métodos de seleção a aplicar, o Júri deliberou, por unanimidade, o seguinte:

- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da LTFP, conjugado com o artigo 17.º da Portaria, serão adotados os seguintes métodos de seleção:
  - Prova de Conhecimentos (PC); e
  - Avaliação Psicológica (AP).
- Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, exceto quando afastados, por escrito, pelos candidatos que, cumulativamente, sendo titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar, ou encontrando-se em situação de valorização profissional tenham estado, por último, a desempenhar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de seleção adotados, serão:
  - Avaliação Curricular (AC); e
  - Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).

De seguida, o Júri deliberou o seguinte relativamente a cada um dos métodos:

**2.1 Prova de Conhecimentos (PC)**

A prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como aferir o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa, sendo constituída por três blocos de questões:

- sobre a orgânica e funcionamento da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (5 perguntas de resposta múltipla com 4 opções de resposta - cada resposta certa terá uma pontuação de 0,5 valores);
- relativas a disposições aplicáveis à Administração Pública (15 perguntas de resposta múltipla com 4 opções de resposta - cada resposta certa terá uma pontuação de 0,5 valores);
- acerca de temas/tópicos específicos da atividade para que é aberto o concurso (4 perguntas de desenvolvimento - cada resposta certa terá uma pontuação máxima de 2,5 valores).

A prova de conhecimentos é escrita, com consulta de legislação/documentação, não sendo permitida a utilização de qualquer tipo de suporte eletrónico, de natureza teórica e de realização individual. Efetuada numa só fase, e em suporte de papel. Tem a duração de 90 minutos, e versará sobre os temas a que se reportam a documentação e legislação que se seguem, bem como sobre as alterações legislativas ou regulamentares que sobre eles tenham recaído e/ou venham a recair até à data da realização da prova:



- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, na sua redação atual - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;
- Despacho Normativo n.º 14/2019, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 90, de 10 de maio, alterado pelo Despacho Normativo n.º 8/2020, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 150, de 04 de agosto - Estatutos da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 11913/2021, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 233, de 02 de dezembro - Estatutos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 602/2022, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 10, de 14 de janeiro - Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, publicado em Diário da República, 1.ª Série, n.º 4, de 07 de janeiro, na sua redação atual - Código do Procedimento Administrativo;
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual - Código de Trabalho;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual - Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na Administração Pública;
- Decreto-Lei 135/99, de 22 de abril, na sua redação atual - Medidas de Modernização Administrativa;
- Decreto-lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual - Regime Jurídico dos Acidentes em Serviço e das Doenças Profissionais no âmbito da Administração Pública;
- Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, na sua redação atual - Estatuto da Carreira Docente Universitária.

A prova de conhecimentos tem uma ponderação de 100% na Classificação Final (CF) e será pontuada numa escala de 0 a 20 valores, sendo expressa até às centésimas, com caráter eliminatório para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores ou não compareçam à mesma. Em conformidade, o Júri elaborou o modelo da prova de conhecimentos, o qual se encontra em anexo II à presente ata, da qual faz parte integrante.

## 2.2 Avaliação Psicológica (AP)

A avaliação psicológica visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases.

A avaliação psicológica é avaliada através das menções classificativas de Apto e Não Apto, tendo caráter eliminatório para os candidatos cuja avaliação recaia nesta última, ou que não compareçam à mesma.

## 2.3 Avaliação Curricular

A avaliação curricular visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, a saber:

- a) A habilitação académica ou nível de qualificação (HA)\*;
- b) A formação profissional (FP)\*\*;
- c) A experiência profissional (EP)\*\*\*;
- d) Avaliação do desempenho (AD).

\* Neste parâmetro será apreciada a habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico, da seguinte forma:

	Valoração
12.º ano ou Curso Profissional com equivalência - média de 10-12 valores	10 valores
12.º ano ou Curso Profissional com equivalência - média de 13-15 valores	14 valores
12.º ano ou Curso Profissional com equivalência - média 16 valores ou superior	16 valores
Licenciatura ou superior	20 valores

\*\* Serão consideradas as ações relacionadas com as áreas funcionais do lugar posto a concurso, realizadas nos últimos dez anos. Se a duração das ações for indicada em dias, será feita a conversão na proporção de seis horas por um dia completo. Na falta de indicação da duração, será atribuída a pontuação relativa às ações de formação iguais ou inferiores a 20 horas.

\*\*\* Será avaliado o exercício das funções que se considera contribuírem especialmente para a experiência profissional no exercício das funções inerentes ao posto de trabalho a concurso e o grau de complexidade das mesmas.

Cada fator tem a pontuação máxima de 20 valores, nos termos do Anexo III, que faz parte integrante da presente ata.

#### **Fórmula classificativa da avaliação curricular (AC)**

A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a considerar, de acordo com deliberação do júri.

$$AC = (HA + FP + EP + AD) / 4$$

Em conformidade, o Júri elaborou a grelha para a realização da Avaliação Curricular, a qual se encontra em anexo III à presente ata, da qual faz parte integrante.

#### **2.4. Entrevista de avaliação de competências**

A Entrevista de avaliação de competências (EAC) visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, a saber:



- Adaptação e Melhoria Contínua;
- Iniciativa e Autonomia.
- Organização e Método de trabalho;
- Relacionamento interpessoal;

#### **Adaptação e Melhoria Contínua (AMC)**

Neste parâmetro será apreciada a capacidade de se ajustar à mudança e a novos desafios profissionais e de se empenhar, de forma permanente, no desenvolvimento e atualização técnica.

#### **Iniciativa e Autonomia (IA)**

Neste item será apreciada a capacidade de atuar de modo proativo e autónomo no seu dia a dia profissional e de ter iniciativa no sentido da resolução de problemas.

#### **Organização e Método de trabalho (OMT)**

Neste parâmetro será apreciada a capacidade para organizar a sua atividade, definir prioridades e realizá-la de forma metódica.

#### **Relacionamento interpessoal (RI)**

Neste item será apreciada a capacidade para interagir com pessoas com diferentes características e em contextos sociais e profissionais distintos, tendo uma atitude facilitadora do relacionamento e gerindo as dificuldades e eventuais conflitos de forma ajustada.

#### **Fórmula classificativa da entrevista de avaliação de competências (EAC)**

A entrevista de avaliação de competências é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a considerar, de acordo com deliberação do júri.

$$EAC=(OMT+AMC+RI+AI)/16$$

Em conformidade, o Júri elaborou a grelha para a realização da entrevista de avaliação de competências, a qual se encontra em anexo IV à presente ata, da qual faz parte integrante.

### **3. Sistema de classificação final**

**3.1.** A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, conforme n.º 1 do artigo 23.º da Portaria.

**3.2.** É excluído do procedimento os candidatos que: a) obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes; b) tenham obtido a menção de Não Apto na Avaliação Psicológica.

**3.3.** Em situações de igualdade de valoração têm preferência na ordenação final os candidatos que se encontrem nas condições definidas no n.º 1 do artigo 24.º da Portaria.

**3.4** A ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial é efetuada nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Portaria.

Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o procedimento. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião dada por encerrada e da mesma lavrada a seguinte ata, que, achada em conformidade, vai ser assinada por todos os presentes.

O Júri

Presidente:



(Carla Maria Antunes da Graça Silva)

1.ª Vogal Efetiva:



(Anabela da Silva Lourenço Almeida)

2.ª Vogal Efetiva:



(Anabela de Almeida Pereira)